



■ Presidente **p.10**

O Governo está absolutamente aberto a encontrar pontes de diálogo e de entendimento com o PS



■ PSD **p.12**

Comentários sobre reacções do PS ao discurso de 25 de Abril do PR que entendeu ter “falta de sentido de Estado”

# POVO LIVRE



nº 1780  
1 de maio de 2013

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## O Governo português nunca colocou e não coloca a possibilidade de uma saída do Euro



Na Assembleia da República

# Comemorações oficiais do 39º aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974

As comemorações oficiais dos 39 anos da Revolução dos Cravos decorreram na Assembleia da República, com uma sessão solene em que estiveram presentes o Governo e as mais altas entidades do Estado, representantes de países com que mantemos relações diplomáticas e incluiu discursos dos Partidos, Presidente do Parlamento e Presidente da República. Manuel Alegre é o autor da balada que abriu a sessão solene, “Trova do Vento que Passa”, escrita em 1963, e que ficou conhecida como símbolo da resistência à ditadura. O poema foi cantado pelo grupo de fados de Coimbra “Capas Negras”.

Depois da presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, abrir a sessão, a deputada do PEV He-loísa Apolónia foi a primeira a intervir no hemiciclo, que estava, como é hábito, decorado com cravos vermelhos, seguindo-se a deputada e coordenadora do BE Catarina Martins e a deputada Paula Santos do PCP.

Em seguida, falou a deputada Cecília Meireles, pelo CDS-PP, o deputado Alberto Costa pelo PS, e o deputado Carlos Abreu Amorim, pelo PSD, seguidos pela presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves – a primeira Mulher a desempenhar este cargo – o que faz dela a segunda figura do Estado – e a finalizar, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

No ano passado, na anterior sessão solene comemorativa do 25 de Abril, Cavaco Silva considerou “essencial” assegurar a coesão nacional, pedindo um esforço permanente de diálogo e concertação entre o Governo, oposição e parceiros sociais, numa altura em que, disse, “a verdade dos tempos difíceis é reconhecida por todos”.

No final da sessão solene, o Grupo Coral Etnográfico Cooperativa de Grândola entoou, na escadaria do Palácio da Assembleia, a canção “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso, que constituiu a segunda senha para a continuação das operações militares que levaram ao golpe de Estado e à revolução de 25 de Abril de 1974.

Depois das comemorações oficiais durante a manhã, à tarde estão previstas manifestações populares, em vários pontos do país, incluindo o tradicional desfile em Lisboa, desde o Marquês de Pombal até ao Rossio.

Ao contrário de anos anteriores, os jardins da residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento, Lisboa, não vão ser abertos ao público durante a tarde do feriado.

O gabinete de imprensa do Primeiro-Ministro comunicou que trabalhos de manutenção dos jardins da Residência Oficial, que estão a decorrer, impedem a abertura do espaço ao público, ao contrário de anos anteriores. Também a Presidência da República informou os jardins do Palácio de Belém não serão este ano abertos ao público, sublinhando que “a tradição tem sido a abertura no 5 de Outubro, aniversário da fundação da República”.

## O discurso do PSD, proferido por Carlos de Abreu Amorim

O PSD fez o seu discurso de encerramento da cerimónia, através do deputado Carlos de Abreu Amorim, que, após os cumprimentos da praxe ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, membros do Governo, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Constitucional e Presidentes dos demais Tribunais Superiores, ao Cardeal Patriarca, Representantes do Corpo Diplomático, Autoridades Cívicas e Militares, aos Convidados e Deputados, questionou, retoricamente, o momento que se vivia, dizendo: «Como celebrar, hoje, o 25 de Abril de 1974? Sem dúvida, enaltecendo e ensinando aos mais novos a importância vital da Liberdade de que os portugueses foram privados durante tanto tempo.

«No entanto, a Liberdade não é um valor abstracto, não pode ser unicamente um enunciado antropológico, académico ou um mero conceito filosófico. A Liberdade dos Modernos consubstancia-se no exercício concreto



e pleno da democracia. Liberdade e democracia são, portanto, os dois lados simétricos da organização política que queremos ter e que o 25 de Abril nos devolveu.

«Mas, 39 anos depois, a pergunta mantém-se - como vivemos e sentimos, hoje, o 25 de Abril, ou seja, o dia referencial das nossas Liberdade e Democracia?»

«Como poderemos dotar de textura e de sentido, sobretudo para as novas gerações, esta efeméride. Melhor,



como cumprimos o 25 de Abril para que não seja uma simples efeméride?

«O 25 de Abril de 1974 prometeu e satisfêz um programa que, à data, se tornou conhecido por ser o dos três “D”: descolonização, democracia e desenvolvimento.

«A democracia sedimentou-se com a Constituição de 1976, através da plenitude dos direitos, liberdades e garantias e mediante a efectivação dos direitos económicos e sociais. O robustecimento das instituições democráticas e a lógica da sociedade aberta conheceram um impulso decisivo com a entrada de Portugal nas então Comunidades Europeias, em 1986, tornando o nosso País num parceiro na caminhada da integração europeia – talvez o sonho mais lindo que a Europa conheceu nos últimos séculos apesar dos seus recentes entorpecimentos.

«O desenvolvimento de Portugal é inegável nestes 39 anos de liberdade e supera, em muito, aquilo que seria expectável adquirir pelo mero decurso do tempo. O actual regime garantiu o acesso à Educação desde o ensino básico ao universitário, universalizou os cuidados de Saúde e providenciou os apoios sociais para os mais carenciados de um modo que não pode deixar de ser considerado como uma rotura de sentido com o que sucedia antes de Abril de 1974.

«O País foi dotado de um conjunto de equipamentos e de infra-estruturas fortes e o poder local democrático potenciou a qualidade de vida das populações aproveitando as vantagens de perspectiva e de acção da sua intrínseca lógica de proximidade.

«Contudo, se Portugal avançou muito na globalidade, esse desenvolvimento foi desigual sobretudo ao nível territorial.

«A título de exemplo, veja-se o Relatório sobre o Índice Sintético de Desenvolvimento Regional de 2010, recentemente publicado pelo INE, no passado dia 11 do presente mês, em que se mede o resultado multidimensional das componentes da competitividade, coesão e



qualidade ambiental em 30 sub-regiões do País, incluindo as regiões autónomas.

«Os resultados confirmam algumas das piores angústias dos que contemplan a litoralização consumada do nosso desenvolvimento: apenas cinco sub-regiões situadas no litoral superam a média nacional e possuem níveis europeus aceitáveis. As restantes 25 obtêm resultados medíocres ou francamente negativos.

«Um País que após trinta e nove anos de democracia e liberdade não consegue corrigir as assimetrias do território falhou a lógica de um desenvolvimento pleno e legítimo – incapaz de existir se os meios e os instrumentos aptos a realizá-lo estão concentrados numa breve faixa litoral do País, largando o resto do território à desertificação e à astenia de capacidades e competências – é forçoso, nesta matéria, verificar um falhanço objectivo de todos, mas todos, os governos constitucionais. Aí, ainda não se cumpriu o sempre repetido grito de alegria de Sophia de Mello Breyner quando cantava: “O dia inicial inteiro e limpo onde emergimos da noite e do silêncio”... A crise, e as diversas respostas internas que esta originou desde 2008, agravaram este problema não resolvido. O poder político, perante a iminência da crise financeira, não conseguiu escapar ao instinto natural da “fuga para o centro” imitando os moluscos com carapaça quando pressentem uma ameaça. Em claro contraste com os melhores exemplos europeus, Portugal é hoje um País em que o verdadeiro poder de decisão se encontra bastante mais centralizado do que há uma década.

«Senhor Presidente da República, Senhora Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Minhas Senhoras e meus Senhores: agora que as lógicas de crescimento económico são um imperativo da agenda política nacional, é tempo de superarmos este paradoxo. Não é possível realizarmos o desígnio de gerar riqueza, emprego, fomento industrial e engrandecimento económico, sem ser através de políticas descentralizadas que aproximem o poder de decisão dos problemas que se visam resolver, das empresas e das pessoas.

«No contexto em que nos encontramos, o crescimento da economia é tão importante como foi o medrar da democracia! Para tal é necessário, também, que as políticas públicas sejam percebidas e reconhecidas como imprescindíveis pela generalidade dos cidadãos, bem como pelos agentes políticos que as deverão protagonizar quer no Governo quer na Oposição.

«William Shakespeare pensou como ninguém a política como uma arte feita de regras naturais e quase imutáveis enquanto a natureza humana for aquilo que é.

Conta ele, na peça “Henrique V”, um episódio revelador da necessidade de os líderes observarem a realidade utilizando parâmetros que sejam comuns aos que estão envolvidos num esforço colectivo.

«Na véspera da batalha de Azincourt, em 1415, o mesmo ano em que os Infantes portugueses, seus primos diretos, iniciavam a gesta da expansão com a conquista de Ceuta, e perante possibilidades ínfimas de vitória, pois o exército francês superava em cinco vezes o número de ingleses, o jovem Rei vestiu uma longa capa negra com um capuz que lhe escondia o rosto e passou toda a noite a conversar com os seus soldados, de fogueira em fogueira. Quis saber o que pensavam os homens acerca da liderança do Rei, a sua estratégia e coragem, a sua sensatez para dar voz de comando. Os soldados não sabiam que falavam do Rei perante o próprio nem este se deu a conhecer. Ouviu críticas, elogios, mas, sobretudo, percepcionou os seus anseios e temores e pôde, desse modo, no dia seguinte, construir um modo idóneo de os motivar para uma vitória que não mais sairá da história.

«Claro que não estamos a sugerir que os agentes políticos e os titulares de órgãos de soberania andem por aí embuçados a tentar distinguir, caso a caso, as angústias das pessoas – mas parece-nos inegável que sem o entendimento razoavelmente alargado daquilo que se faz e porque é que está a ser feito quase todos os esforços de reconstrução do País estarão seriamente ameaçados.

«Pois é precisamente da batalha da reconstrução do País que temos diante de nós.

### **«Temos de reconstruir a confiança em nós mesmos como Povo e como Nação»**

«Temos de reconstruir a confiança em nós mesmos como Povo e como Nação. Temos de reconquistar a nossa autonomia financeira e económica para reganharmos a nossa livre e plena determinação. E o grande apetrecho que o sistema democrático contém para o conseguir é o esforço de consenso.

«Nenhuma reedificação do todo nacional é possível sem que se forje um largo consenso entre os agentes políticos e sociais que não queiram escapulir-se das suas responsabilidades.

«O consenso extravasa a simples regra da maioria. O consenso não é impelir os demais a seguirem a nossa própria visão das coisas.

«Numa imagem erradamente atribuída a Benjamin Franklin, a democracia formal é vista como uma votação

em que dois lobos e um cordeiro decidem qual será o seu almoço – a fábula costuma ensinar que a liberdade consiste em dotar o cordeiro de instrumentos capazes de impedir a decisão óbvia, valorizando o papel da liberdade como meio de defesa das minorias e dos mais débeis.

«Só que resta um problema a solucionar – afinal, qual será o almoço? É precisamente aí que o consenso encontra o seu papel primordial na ordem democrática. Sobretudo, em épocas de aflição colectiva como aquela em que estamos.

«Se, como dizia Habermas, a democracia normalmente vive do “dissenso razoável” os momentos históricos de especial agrura colectiva exigem a busca incessante e porfiada de encontrar pontos comuns entre os vários interesses divergentes.

«Temos, hoje, todos nós, um enorme desafio colectivo acerca da crença nas virtudes da democracia, na viabilidade do desígnio da integração europeia e na imprescindibilidade da cidadania que participa no Estado de Direito e na construção do bem comum.

«Mas que ninguém se iluda - a luta pelo bem comum terá sempre de ser resultado de um esforço comum. É necessário atingir-se aquilo que John Rawls denominou como consenso de sobreposição razoável – ou seja, obter acordos essenciais a partir dos desígnios comuns de uma comunidade politicamente organizada em democracia e em liberdade.

«Ou, regressando a Habermas, a reconstrução da unidade nas sociedades democraticamente desgastadas, pluralistas e multiculturais da actualidade, partirá de um processo denominado UNIDADE COMUNICATIVA que serve precisamente para criar a unidade na diversidade, possibilitando a convivência das várias diferenças.

«Este esforço de consenso terá forçosamente de ser realizado por políticos que pensem a política como exercício de percepção global da realidade e lhe apliquem decisões direccionadas para o bem comum – em caso algum a visão volitivamente afunilada de um tecnocrata conseguirá cerzir aquilo que foi rompido.

«Celebrar Abril é, também, fazer o elogio da política democrática e percebermos que todas as formas modernas de totalitarismo iniciaram o seu triste caminho com investidas genéricas contra os políticos, sobretudo contra o poder parlamentar.

«Mas que fique bem claro - os portugueses, quer os de hoje quer os das gerações futuras, não nos perdoarão se nesta hora tão amarga nos obstinarmos no jogo, intelectualmente árido e inconsequente, de passar culpas de uns para os outros pela desgraça em que todos estamos



e sem encontramos soluções viáveis para dela sairmos.

Senhor Presidente da República, Senhora Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-Ministro, Minhas Senhoras e meus Senhores: repetimos a pergunta inicial: como fazer jus a este dia que aqui celebramos? De todos nós, o povo português espera entendimentos, compromissos e soluções sustentadas e sustentáveis que lhe permita viver a democracia e a liberdade como cidadãos de um País do Primeiro Mundo.

«Temos de quebrar de vez as sangrias cíclicas de emigração em que Portugal subsiste há mais de 150 anos. Queremos que esta geração mais nova, tão preparada e desesperada, que agora nos deixa, regresse em breve ao seu País. E queremos que a próxima geração fique cá, ajudando a sua Pátria a ser mais livre, mais justa e mais forte.

«Todos nós devemos isso ao 25 de Abril, e, sobretudo, a Portugal e aos portugueses. Se formos capazes de gerar consensos sobre os desideratos essenciais que nos comprometam a todos e que a todos servirão, teremos ideado uma das mais bonitas melodias de Abril!»

### «Um dia na vida dos indivíduos e dos povos pode conter o infinito», afirmou a Presidente da Assembleia da República

Terminados os discursos dos Partidos, falou a Presidente da Assembleia, Assunção Esteves, que após os cumprimentos da praxe, disse: «Um dia na vida dos indivíduos e dos povos pode conter o infinito. Assim foi 25 de Abril, o fim de um tempo sombrio, a política com a sua pulsão emancipadora a ganhar o ponto de partida. Em explosão de alegria, a liberdade foi trazida às nossas mãos para que todos nos tornássemos criadores do Mundo.

«Todos os impulsos libertadores da história concretizam sempre um sonho realista, um sonho de justiça reclamado pela evidência flagrante da realidade. Porque é a intensidade da realidade que torna os sonhos possíveis, é ela que nos confere a coragem da superação, da mudança redentora.

«A viragem de Abril é o culminar das muitas pretensões da vida, todas cheias de frustração e dor, da insuportabilidade de um espaço público nulo e do seu consequente deserto de direitos. Nada há de mais inumano do que a escolha impossível. Abril veio contra a negação da escolha política, contra a negação da justiça pública, contra a negação das escolhas individuais também, porque só uma justiça pública lhes pode dar as condições.

«De reagir contra esta espécie de “estado de não-valor”, onde, como diz Hermann Broch, cabem todos os males, Abril ofereceu-nos a democracia. A democracia como única possibilidade de realização da política, a verdadeira, fazedora da emancipação de todos e de

cada um. Com a liberdade nos fazemos senhores de um poder de construir submetido à crítica. Tornamos possível o impossível. Abril é esta teodiceia das possibilidades do humano, a um tempo real e ideal, carregada no poder da escolha, esta teodiceia de um humanismo sem limites, tão bem registada numa das mais belas passagens da literatura, na letra de Saramago, quando diz que “Os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer”.

«Se há uma espécie de metafísica da celebração do 25 de Abril, ela é, sem dúvida, a celebração mesma do espaço público como lugar de emancipação, lugar de conjura para uma justiça maior, por todos construída e para todos.

Decisivamente, é este o espaço público como instância viva da política e da democracia, que traça o abismo entre os tempos sombrios de ontem e os tempos difíceis de hoje. É o espaço público, com a sua política interventiva e criadora.

«Porque o que é a política se não isso mesmo, exercício de uma vontade que renuncia ao egoísmo confortável e ao distanciamento snobe e que se atreve no desconforto da luz crua dos lugares públicos, para rasgar o horizonte de uma justiça para todos. Uma justiça que a solidariedade particular e avulsa pode ajudar, mas que nunca pode substituir.

«Celebramos hoje o espaço público com a sua política, que se recusa a ser lugar banal e oco de uma relação de domínio sem sentido. Celebramo-lo como espaço vital da autonomia do sujeito, onde se manifesta e cumpre a existência de cada um de nós. Porque, como disse Karl Jaspers, existir é agir em comum e comunicar. Celebramos, pois, o espaço público, com as infinitas possibilidades que a liberdade pública é capaz de deixar à felicidade privada.

Por isso mesmo, nestes tempos difíceis e de crise, temos que amar a democracia como nunca. Porque é nas suas regras que colectivamente seguramos os estremecimentos do presente. Temos que amar essas regras contra factuais e intemporais e ler nelas o código das soluções, a cifra para os novos paradigmas de organização do nosso tempo.

«Senhor Presidente, Senhores Deputados, é este um tempo novo, de um mundo novo e surpreendente, um mundo de interações feitas pela economia e a tecnologia, tomando a dianteira sobre os ritmos da política. É a sociedade mundial, da comunicação dos povos e do seu desafio do muito por fazer. A ponte entre o universal e o particular, a igualdade entre indivíduos sobre tradições culturais muito diferentes, o confronto ético entre a economia social de mercado e a outra economia, a integração dos Estados para construir uma justiça equitativa entre os cidadãos e os povos. Como diz Hannah Arendt, a solidariedade do género humano só pode ser relevante se estiver associada à responsabilidade política. Coisa

que tem já o seu prenúncio na afirmação kantiana de que é preciso escrever a história de um ponto de vista cosmopolita.

E é sempre às bases morais da Democracia que regressamos para enfrentar os novos desafios. Desafios, para as muitas e novas realizações do contrato social de acordo com os tempos, desafios da esperança política. Também aqui Abril carregou um projecto moral e cosmopolita, numa espécie de intenção antes do tempo.

«Pois, se há uma decifração para a crise, ela está em que a justiça, hoje, pressupõe a partilha política entre os Estados e essa partilha apenas dá os primeiros passos. Os movimentos da sociedade económica vão muito à frente das audácias da sociedade política. Ainda se ensaia por enquanto, e apenas se ensaia, a inteligência cooperativa dos Estados, que é capaz de adaptar as políticas públicas à nova escala do ambiente social.

«Entretanto, a crise interpela-nos sobre a consistência do discurso da democracia. Os cidadãos pedem à democracia que ela seja arte da liberdade, mas também arte da felicidade. Perguntam pelos seus resultados nas formas concretas de vida, perguntam pelo seu conseguimento. Decididamente, o teste que é feito à democracia é a justiça que ela é capaz de gerar.

«Como está bem de ver no percurso da União Europeia que, enquanto comunidade de sucesso, conviveu muito bem com a decisão política relativamente fechada nos Gabinetes. Agora que é também comunidade de riscos, testa a sua democracia na efervescência dos espaços vitais dos indivíduos e dos grupos e nas vivas pretensões da rua. É sempre às bases do jogo que regressamos para refazer a justiça, é sempre aos seus postulados mais intuitivos e evidentes que regressamos. A vida digna é indissociável da vida livre. A ideia corre o dia-a-dia das pessoas, a inquietação dos Governos, a dor que dói sempre que enfraquecem os direitos nesta sociedade aberta.

«Contra o desencanto democrático, todos temos que correr para vencer. Como se cada um de nós carregasse sozinho a esperança do Mundo.

«Os cidadãos com o seu activismo. Os media, comprometidos que estão com a verdade e os direitos humanos. E, sobretudo, as lideranças políticas. Porque a política é, por natureza, a única acção capaz de uma eficácia universal. A política tem esta capacidade de reprodução das coisas, que lhe permitirá fazer da comunidade humana uma comunidade de comunicação moral. É, aí, no mandato, que se afirma em toda a linha o sentido de serviço, a lembrar-nos, de certo modo, aquela expressão bíblica que diz que o primeiro de todos deverá ser o servo.

«E todos podemos mudar o mundo a partir do lugar que ocupamos no mundo, a casa, o trabalho, o tribunal, a escola ou a lei. Afinal, a nossa aventura humana individual não é apenas nossa. É sempre uma aventura que está para além de nós, e é nessa transcendência que encontra o seu sentido. É o prodígio da acção humana, de fazer possível o “infinitamente improvável”.

«Senhor Presidente, Senhores Deputados, só no espaço moral da democracia é possível traçar a linha entre a sobrevivência e a emancipação, o isolamento e o estar no mundo, a anulação individual e cívica e as condições para a excelência humana.

«Por isso, é também em nome do espaço público que é preciso combater a pobreza. A pobreza exclui da sociedade, exclui da participação na sociedade. A pobreza, com os seus muros, atinge a dignidade individual e a universalidade da democracia. Atinge-nos a todos.

«E Abril veio como um grito contra todos os muros. Um grito de justiça para todos os lugares onde a vida mora, contra a pobreza, o esquecimento, e a não participação também. Os muros que separam o sentido do “nós” e o sentido “do outro”. Contra outros muros ainda: os que separam os Estados à mesa das grandes decisões e impedem o passo em frente para o bem comum universal.

Por tudo isso, Abril foi um grito para além do seu tempo concreto. Um grito que nos desperta uma espécie de memória de futuro, de intenção para os novos espaços públicos, de uma humanidade alargada e mais humana. Sentimos que esse grito nos empurra, que ele faz o combate sagrado desta sala. Que nos desafia para a vontade moral e o conseguimento. Que nos diz que o mal das sociedades está nos seus muros e a justiça consiste em derrubá-los. Muito obrigada!»

**O Presidente da República  
Cavaco Silva, encerra a sessão solene**



Com as palavras do Presidente da República, ficou formalmente terminada a sessão solene comemorativa da Revolução de 25 de Abril, que fez um discurso carregado de intenção política, como é hábito fazê-lo nas grandes datas do ano, como no dia 1 de Janeiro, 5 de Outubro e 25 de Abril. Cavaco Silva – muitas vezes interrompido por fortes aplausos – afirmou: «Assinalamos hoje o aniversário daquela madrugada que, ao fim de 48 anos de ditadura, nos trouxe a liberdade e a democracia por que tanto ansiávamos.

«Em 2014, iremos comemorar o quadragésimo aniversário do 25 de Abril. O 25 de Abril é património de todos e por todos os Portugueses será festejado.

As efemérides nacionais são um motivo de celebração, mas devem ser também uma ocasião para reflectirmos sobre os caminhos que percorremos no passado. Só assim conseguiremos extrair lições da História e transmitir a nossa experiência às novas gerações.

«Dentro de dias completam-se dois anos sobre a data em que o Governo português, perante a iminência de colapso do financiamento do Estado e da economia, se viu na contingência de reconhecer o inadiável.

O Governo de então teve de solicitar o auxílio externo da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu, instituições perante as quais se comprometeu através de um exigente programa de assistência financeira que contou com o apoio de um amplo espectro partidário.

«Ao fim destes dois anos, e com vista a melhor prepararmos o futuro que se avizinha, é tempo de fazer uma reflexão serena e objectiva sobre a execução do Programa de Assistência Financeira e sobre as alterações que entretanto ocorreram na União Económica e Monetária.

«É indiscutível que a execução do Programa tem revelado consequências gravosas, que se fazem sentir duramente no dia-a-dia dos Portugueses, em especial daqueles que não têm emprego. Mas, com idêntica imparcialidade, devemos também reconhecer os objectivos alcançados.

«Entre esses objectivos, importa destacar o equilíbrio das contas externas, um resultado que não era atingido desde há muito. De uma situação crónica de desequilíbrio, Portugal passou, em 2012, para uma situação excedentária na sua capacidade de financiamento ao exterior.

«Uma parcela relevante deste sucesso deve-se ao aumento das exportações de bens e serviços, sobretudo com destino aos novos mercados situados fora da União Europeia, e ao aumento da sua componente tecnológica. Este é um caminho que provou ser acertado e que, como tal, deve ser prosseguido ainda com mais intensidade.

«Uma pequena economia aberta ao exterior, como é o caso da economia portuguesa, apenas pode ser sustentável no longo prazo através de uma aposta inequívoca no investimento privado que garanta um sector

exportador dinâmico e de elevado valor acrescentado.

«Contudo, não podemos esquecer que uma parte do ajustamento das contas externas se está a realizar por via da redução das importações, devido à quebra acentuada da procura interna, fruto, em boa medida, da redução do rendimento disponível das famílias, das dificuldades de crédito das empresas e da incerteza e falta de confiança dos investidores.

«Por outro lado, através da execução do Programa foi possível reforçar a solidez do sistema bancário. Os bancos foram recapitalizados e apresentam hoje bons rácios de solvabilidade. Os Portugueses têm razões para manter a confiança no nosso sistema bancário.

«Não se pode ignorar, no entanto, que a rápida desalavancagem dos bancos produziu dificuldades acrescidas no financiamento de muitas empresas, sobretudo das pequenas e médias empresas.

«O facto de as unidades produtivas, que exportam bens e serviços e que criam riqueza e emprego, suportarem encargos de juro muito superiores às suas congéneres europeias prejudica seriamente a sua competitividade, afecta as decisões de investimento e, no limite, põe em causa a sua própria sobrevivência.

«Em face da fragmentação que se verifica no mercado monetário europeu, é urgente criar novas fontes de financiamento não bancário das empresas.

«Devemos sublinhar também a realização, em diversos domínios, de reformas estruturais que, no médio prazo, irão contribuir para a melhoria de competitividade da economia portuguesa. Trata-se de um processo que não está concluído e que exige um esforço renovado e permanente de diálogo e compromisso em sede de concertação social.

«Mas, sem dúvida, o aspecto que mais deve ser realçado destes dois anos muito difíceis é o sentido de responsabilidade revelado pelos Portugueses. O nosso povo foi confrontado com grandes sacrifícios e duras exigências e deu mostras da sua maturidade cívica, consolidada ao fim de quatro décadas de democracia. Não perdemos a identificação com os valores da democracia nem abandonámos o espírito de coesão nacional que sempre nos caracterizou.

«Ao dramatismo de várias situações de carência, os Portugueses têm respondido com um exemplar trabalho de entreatajuda e com uma extraordinária solidariedade.

«Os consensos políticos e sociais alcançados contribuem para vencer os desafios que Portugal enfrenta e também para o modo positivo como os credores e os mercados avaliam a execução do Programa de Assistência Financeira.

«Este factor, aliado a uma maior determinação do Banco Central Europeu na defesa do Euro, conduziu a uma descida muito expressiva das taxas de juro da dívida pública. Abrem-se, assim, boas perspectivas de regresso de Portugal aos mercados de financiamento externo no prazo previsto, um objectivo central do Programa com vista a garantir a liquidez imprescindível à actividade económica e ao funcionamento do Estado.

«Dois anos decorridos sobre a concretização do Programa de Assistência Financeira, o reconhecimento objectivo de aspectos positivos não nos deve desviar a atenção do problema mais dramático que Portugal enfrenta: o agravamento do desemprego e o aumento do risco de pobreza, em resultado de uma recessão económica cuja dimensão ultrapassa, em muito, as previsões iniciais.

«O combate ao desemprego deve ser uma prioridade da acção governativa. Esta destruição de capital humano coloca graves problemas pessoais, familiares e sociais, tendo ainda um impacto muito negativo sobre o crescimento potencial da nossa economia.

«Além dos jovens, onde o desemprego atinge os 40%, outro grupo tem sido gravemente afectado e infelizmente esquecido. Refiro-me àqueles que têm entre 45 e 65 anos de idade e que se encontram expostos, de forma particular, ao risco de exclusão permanente do mercado de trabalho. De um modo geral, são detentores de experiência e conhecimentos profissionais muito relevantes e possuem um capital de vida que não podemos desperdiçar.

«O efeito recessivo das medidas de austeridade inicialmente estabelecidas revelou-se superior ao previsto, provavelmente por falhas nas estimativas. A esse

feito somou-se uma conjuntura económica europeia mais adversa do que era esperado, designadamente em Espanha, o nosso principal parceiro comercial.

«Assim, alguns dos pressupostos do Programa não se revelaram ajustados à evolução da realidade, o que suscita a interrogação sobre se a «troika» não os deveria ter tido em conta mais cedo.

«Na verdade, o impacto recessivo das medidas de austeridade e a revisão, para pior, da conjuntura internacional têm afectado de forma muito significativa o esforço de consolidação orçamental, nomeadamente a redução do défice e a contenção do crescimento da dívida pública.

«Neste contexto, as metas iniciais do défice público revelaram-se uma impossibilidade e acabaram por ser revistas. Agora, prevê-se que apenas em 2015 Portugal deixará de se encontrar numa situação de défice excessivo.

Ainda assim, deve salientar-se que o défice primário estrutural terá sofrido uma redução de 6 pontos percentuais do PIB nos últimos dois anos. É, objectivamente, um sinal positivo que deve merecer a atenção dos nossos parceiros europeus, na medida em que representa um esforço superior ao realizado pelos outros países que igualmente se encontram sob intervenção externa.

«Em todo o caso, parece hoje mais claro que teria sido preferível – aliás, em consonância com o Tratado Orçamental – ter fixado, logo no início do programa de assistência, que as metas para a correcção do défice seriam definidas em termos de variação do défice primário estrutural, utilizando um mesmo universo orçamental.

«E após esta intervenção externa, poderá ser preferível fixar limites ao crescimento da despesa pública, os quais, sendo mais fáceis de avaliar, tornam o processo de consolidação orçamental mais credível e mais transparente.

Senhora Presidente da Assembleia da República, Senhoras e Senhores Deputados, uma avaliação objectiva do caminho percorrido nestes dois últimos anos deve ter em linha de conta as alterações muito significativas que entretanto ocorreram na governação da União Económica e Monetária, com vista a dar resposta à crise verificada na Zona Euro.

«As regras de disciplina e supervisão orçamental a que os Estados Membros estão sujeitos foram substancialmente reforçadas, especialmente através dos pacotes normativos «six-pack» e «two-pack» e do Tratado Orçamental, que entrou em vigor a 1 de Janeiro deste ano.

Significa isto que, depois do Programa de Ajustamento, Portugal, à semelhança de todos os outros países da Zona Euro, continuará sujeito a um acompanhamento rigoroso por parte das autoridades europeias, de modo a garantir o cumprimento das regras de equilíbrio orçamental e de sustentabilidade da dívida pública.

**Que não haja ilusões:  
Depois de 2014, não teremos apoios  
externos; é fundamental que todos os  
Portugueses estejam bem conscientes desta  
realidade.**

«Neste cenário, é uma ilusão pensar que as exigências de rigor orçamental irão desaparecer no fim do Programa de Ajustamento, em meados de 2014.

«Com efeito, nos termos do Tratado Orçamental, o País terá de assegurar um défice estrutural não superior a 0,5 por cento do PIB e o rácio da dívida pública de 124 por cento, previsto para 2014, terá de convergir no futuro para 60 por cento. Para alcançar estes objectivos, Portugal terá de manter superávits primários muito significativos durante um longo período.

«Tudo isto se irá processar num quadro em que já não beneficiaremos de empréstimos externos nos moldes até agora praticados, ficando inteiramente dependentes dos mercados para satisfazer as necessidades de financiamento da economia e do Estado. É fundamental que todos os Portugueses estejam bem conscientes desta realidade.

«Tendo em conta estas exigências, que se irão prolongar por muitos anos, o País não pode afastar-se de uma linha de rumo de sustentabilidade das finanças públicas, de estabilidade do sistema financeiro e de controlo das contas externas. A não ser assim, seríamos obrigados, se as instituições internacionais estivessem na disposição

de o fazer, a um novo recurso à ajuda externa, e dessa vez, muito provavelmente, em condições mais duras e exigentes do que aquelas que actualmente tantos sacrifícios impõem aos Portugueses.

«Que não haja ilusões. Portugal tem de preparar-se para o final do Programa de Assistência, o que irá ocorrer já no próximo ano.

«Os nossos agentes políticos, económicos e sociais têm de estar conscientes que deverão actuar num horizonte temporal mais amplo do que aquele que resulta dos calendários eleitorais.

Sejam quais forem esses calendários, sejam quais forem os resultados das eleições, o futuro de Portugal implica uma estratégia de médio prazo que tenha em atenção os grandes desafios que iremos enfrentar mesmo depois de concluído o Programa de Assistência Financeira em vigor.

«Nessa altura, o País tem de estar em condições estruturais de credibilidade e governabilidade capazes de garantir a confiança das instituições da União Europeia e dos mercados financeiros, pelo que, no plano político, é imperioso preservar a capacidade de gerar consensos em torno do caminho a seguir para alcançar os grandes objectivos nacionais.

Se se persistir numa visão imediatista, se prevalecer uma lógica de críspação política em torno de questões que pouco dizem aos Portugueses, de nada valerá ganhar ou perder eleições, de nada valerá integrar o Governo ou estar na Oposição.

«É essencial que, de uma vez por todas, se compreenda que a conflitualidade permanente e a ausência de consensos irão penalizar os próprios agentes políticos mas, acima de tudo, irão afectar gravemente o interesse nacional, agravando a situação dos que não têm emprego ou dos que foram lesados nos seus rendimentos, e comprometendo, por muitos e muitos anos, o futuro das novas gerações.

«É indiscutível que se instalou na sociedade portuguesa uma «fadiga de austeridade», associada à incerteza sobre se os sacrifícios feitos são suficientes e, mais do que isso, se estão a valer a pena. Estas são interrogações legítimas, que todos têm o direito de colocar. Mas, do mesmo modo que não se pode negar o facto de os Portugueses estarem cansados de austeridade, não se deve explorar politicamente a ansiedade e a inquietação dos nossos concidadãos.

«Reafirmo a minha profunda convicção de que Portugal não está em condições de juntar uma grave crise política à crise económica e social em que está mergulhado. Regrediríamos para uma situação pior do que aquela em que nos encontramos.

«A Assembleia da República, através da respectiva comissão parlamentar, pode contribuir para consciencializar os Portugueses para as exigências com que Portugal será confrontado no período pós-troika. É decisivo para o nosso futuro colectivo que essas exigências sejam devidamente tidas em conta nas estratégias político-partidárias.

«Em nome dos Portugueses, é essencial alcançar um consenso político alargado que garanta que, quaisquer que sejam as concepções político-ideológicas, quaisquer que sejam os partidos que se encontrem no Governo, o País, depois de encerrado o actual ciclo do programa de ajustamento, adoptará políticas compatíveis com as regras fixadas no Tratado Orçamental que Portugal subscreveu.

«Por outro lado, uma análise séria e cuidada da situação portuguesa leva-nos à conclusão de que a consolidação sustentável das contas públicas e a preservação da coesão social exigem urgentemente medidas de relançamento da economia.

«É usual dividir-se um programa de estabilização financeira em três fases: a primeira é a de emergência, quando tem de se actuar rapidamente e com a maior energia para estancar a hemorragia e salvar o doente; a segunda fase é a da implementação das reformas que promovam o saneamento das contas públicas e a competitividade da economia; a terceira fase é a da tomada de medidas de relançamento da economia, para que a cura não acabe por matar o doente.

«Apesar das dificuldades e da necessidade de prosseguir esforços no domínio da consolidação orçamental, não é possível adiar a entrada de Portugal na terceira fase.



Sem crescimento económico, não haverá consolidação orçamental sustentável e de longo prazo.

De entre os factores relevantes para o crescimento económico, destaco a competitividade e estabilidade do sistema fiscal, pelo papel que pode desempenhar na captação de investimento.

«Por outro lado, seria conveniente que o Orçamento de Estado deixasse de ser um instrumento para alterações profundas do sistema fiscal, devendo servir apenas para ajustamentos em função da conjuntura. A segurança jurídica e a competitividade e previsibilidade fiscal são elementos decisivos para as decisões dos agentes económicos e, logo, para o crescimento do País.

«Senhoras e Senhores Deputados, após algumas hesitações iniciais, a União Europeia começa a perceber que os problemas verificados em alguns países são problemas que a todos afectam e que a crise na Zona Euro não se resolve apenas com a imposição de políticas de austeridade e a aplicação de sanções aos Estados com défices excessivos.

«Nos últimos dois anos, verificou-se um reforço da coordenação das políticas económicas e estruturais dos Estados Membros, a qual tem no Semestre Europeu o seu principal mecanismo. Neste domínio, e tendo em conta as decisões do Conselho Europeu, é possível perspectivar avanços muito significativos no médio prazo.

«O Banco Central Europeu, por sua vez, anunciou a disponibilidade para intervir ilimitadamente no mercado secundário de dívida soberana de países sujeitos a programas de assistência. Tratou-se de um marco decisivo para combater os ataques especulativos que vinham minando a Zona Euro.

«Tenho insistido num ponto de importância crucial: o Banco Central Europeu deve assumir-se, cada vez mais, como um verdadeiro Banco Central, configurando-se, inclusivamente, como um «prestador de último recurso».

Aguarda-se a entrada em vigor do Mecanismo Único de Supervisão, primeiro passo para a construção de uma União Bancária Europeia, enquanto a criação de instrumentos de dívida comum tarda em ser colocada na agenda europeia, apesar de ser reconhecida como uma resposta determinante para debelar a crise da Zona Euro.

«Apesar dos desenvolvimentos recentes, temos de reconhecer que esta crise veio expor sérias fragilidades da União. Para além da lentidão e tibieza na resposta à crise do euro, o maior fracasso da União Europeia residiu – e reside – na promoção do crescimento económico e do emprego.

«Em 2012, a Zona Euro registou uma contracção do produto de 0,6 por cento e as previsões apontam para que a situação continue a evoluir negativamente neste ano de 2013.

«A taxa de desemprego na União subiu consecutivamente nos últimos cinco anos. 26 milhões de pessoas estão desempregadas, das quais 5,7 milhões são jovens.

«A Zona Euro encontra-se no quinto trimestre consecutivo de queda do produto, no 6º trimestre consecutivo de queda da procura interna, no 7º trimestre consecutivo de queda do investimento.

Podemos dizer que a União Europeia falhou na coordenação das políticas económicas. Quando, aos países que executam programas de consolidação dos défices

públicos, se juntam políticas contraccionistas nos outros Estados membros, é óbvio que a consequência será uma recessão no conjunto da União, como agora se está a verificar.

«Por sua vez, o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, aprovado pelo Conselho Europeu no passado mês de Fevereiro, embora tenha deixado Portugal numa posição mais favorável do que aquela que resultava das propostas iniciais, não corresponde, de modo algum, à resposta europeia exigida pela situação económica e social da União. O Parlamento Europeu tem denunciado essa insuficiência de uma forma clara e inequívoca.

«Note-se ainda que a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional, na concepção dos ajustamentos negociados com os Países em dificuldades de financiamento, não tiveram em devida conta o impacto recessivo das medidas propostas e as suas consequências.

«As instituições financeiras internacionais, fazendo uso da sua força persuasiva enquanto credores, terão induzido os governos dos países em dificuldades a aplicarem medidas que violam regras básicas de equidade, regras que constituem alicerces das sociedades democráticas contemporâneas. «Ameaçando a coesão e a paz social, perturbaram a estabilidade das democracias constitucionais e geraram novos sentimentos antieuropeus.

«Em matéria fiscal, princípios essenciais de justiça foram esquecidos, exigindo-se sacrifícios muito diferentes a cidadãos que se encontram na mesma posição quanto aos factores relevantes de bem-estar. A decisão do Eurogrupo sobre Chipre foi o caso mais recente, com consequências nocivas para a adesão dos cidadãos ao projecto europeu.

«Em 2013, a União assinala o «Ano Europeu dos Cidadãos». É tempo de as instituições e os líderes europeus ouvirem a voz da cidadania. Temos, de uma vez por todas, de reconquistar a confiança dos europeus num projecto que assegurou a paz durante décadas e que deve garantir o desenvolvimento harmonioso entre os vários Estados membros, com respeito pelos princípios da justiça e da dignidade humana.

«Actualmente, com 26 milhões de desempregados, a Europa põe em causa a dignidade de um número vastíssimo de seres humanos. É urgente inverter esta situação, é urgente repensar o rumo que tem vindo a ser seguido para vencer a crise do euro.

«Há quase 40 anos, Portugal mostrou ao mundo como é possível mudar de regime sem violência. Agora, pelo nosso sentido de responsabilidade, devemos contribuir para a construção de uma Europa mais solidária, mais justa e mais unida.

«Foi esse o sonho nascido em Abril de 1974. Pelo futuro das novas gerações é altura de o cumprirmos. Muito obrigado.»

\*

A terminar, toda a Assembleia cantou o Hino Nacional, acompanhado pela Banda da GNR, após o que os presentes começaram a abandonar a sala, passando pelo grilo de cantares alentejanos, que entoava a canção-senha cuja transmissão, no Rádio Clube Português, deu o sinal para o início do golpe de Estado dos militares de Abril. E assim decorreu a cerimónia oficial do 25 de Abril de 2013, 39º aniversário da Revolução dos Cravos, que devolveu a democracia ao nosso País.

# Conselho de Ministros de 26 de Abril de 2013

1. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transacções comerciais, transpondo uma directiva comunitária que introduziu medidas adicionais para dissuadir os atrasos de pagamentos.

Esta directiva regula todas as transacções comerciais, independentemente de terem sido estabelecidas entre empresas (a estas se equiparando os profissionais liberais) ou entre empresas e entidades públicas, tendo em conta que estas são responsáveis por um considerável volume de pagamentos às empresas.

É estabelecido um valor mínimo para a taxa de juros legais de mora comerciais nos termos previstos na directiva, tendo sido mantida a opção de sujeitar todas as transacções cobertas pela directiva ao regime comercial.

É igualmente previsto que, no caso de contractos entre empresas, o prazo de pagamento não deve exceder em regra 60 dias, sem prejuízo de as partes poderem acordar expressamente um prazo superior, se tal não constituir um abuso manifesto face ao credor.

No caso de contractos entre empresas e entidades públicas são referidos prazos de pagamento que em regra não excedem 30 dias, salvo disposição expressa em contrário no contrato e desde que tal seja objectivamente justificado pela natureza particular ou pelas características do contrato, não podendo exceder 60 dias.

Impõe-se ainda que os credores sejam ressarcidos de forma justa dos custos suportados com a cobrança de pagamentos em atraso, incluindo os custos administrativos e internos associados com essa cobrança.

2. O Conselho de Ministros aprovou na generalidade um diploma com alterações ao Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro.

Procede-se à adaptação do novo modelo de organização operacional do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS), tendo por base, ao nível operativo, o princípio do comando e estratégia únicos, independentemente da respectiva dependência hierárquica e funcional.

Reforça-se o Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), dotando-o de uma maior capacidade de resposta e criam-se os agrupamentos distritais de operações de socorro, com o objectivo de aproveitar efeitos de escala e sinergia na capacidade de coordenação e controlo.

Com esta alteração, obtém-se também uma redução de 15% do número de elementos ao nível da estrutura operacional (de 85 para 73 dirigentes), permitindo racionalizar estruturas e alocar recursos a outras áreas da protecção civil.

3. O Conselho de Ministros aprovou a orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Aprova-se uma estrutura orgânica mais flexível e com processos de decisão mais expeditos, libertando recursos que permitem uma resposta mais eficiente aos desafios diários e à prevenção de acidentes graves e catástrofes.

É criada a Direcção Nacional de Meios Aéreos, com competências na gestão destes meios, que integra competências da EMA, Empresa de Meios Aéreos, S.A., em resultado do processo de extinção daquela empresa.

Ao nível da estrutura operacional estabelecem-se os agrupamentos distritais de operações de socorro (Agrupamentos Distritais do Norte, do Centro Norte, do Centro Sul, do Sul, e do Algarve), que reflectem um modelo mais ajustado à realidade territorial e facilitador de uma operacionalidade mais eficiente.

4. O Conselho de Ministros aprovou a alteração da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, na sequência da nomeação do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares e do Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, bem como dos respectivos Secretários de Estado.

É assim actualizado o elenco de membros do Governo constante na referida Lei Orgânica, sendo também adequadas as respectivas competências.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece o seguro do dador de sangue, previsto no



Estatuto do Dador de Sangue, reconhecendo a relevância, para a sociedade, da dádiva voluntária e não remunerada de sangue.

Sendo a dádiva de sangue um ato perfeitamente seguro, não está contudo isento da possibilidade de ocorrência de algum incidente, pelo que a existência de um seguro permitirá aos serviços de sangue e aos dadores dispor da garantia acrescida de reparação por eventuais complicações ou acidentes.

Assim, através deste seguro pretende-se garantir ao dador de sangue ou candidato a dador, quando convocados, o direito a ser indemnizado pelos danos resultantes da dádiva de sangue ou de acidentes que eventualmente sofram no trajeto de ida para o local de colheita e de regresso deste.

6. O Governo aprovou um diploma que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE), transpondo uma directiva comunitária sobre esta matéria.

Esta decisão tem como objectivo contribuir para a protecção da saúde humana e do ambiente, incluindo uma valorização e eliminação, ecologicamente corretas, dos seus resíduos.

7. O Governo aprovou um diploma que estabelece a possibilidade de utilização de aguardente de origem vitícola na interrupção da fermentação do mosto destinado à elaboração de vinho do «Porto» e de vinho licoroso «Moscatel do Douro».

A utilização de aguardente de origem vitícola apresenta vantagens para as denominações de origem «Porto» e «Douro», pois diminui as importações e reduz os custos para as empresas do sector, não tendo, por outro lado, impacto nas características qualitativas daqueles produtos de excelência.

Esta alteração foi precedida de deliberação favorável do conselho interprofissional do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, I. P.

8. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza o Ministro de Estado e das Finanças a dar execução à Decisão do Conselho de Governadores do Banco Europeu de Investimento (BEI), de 31 de Dezembro de 2012, no que se refere ao aumento de 10 mil milhões de euros do capital do Banco.

O capital passa de 232 392 989 000,00 de euros para 242 392 989 000,00 de euros, representando uma contribuição financeira por parte de Portugal de 78 351 000,00 de euros a ser efectuada num pagamento de 39 175 500,00 de euros até 30 de Abril de 2013, seguida de dois pagamentos de 19 587 750,00 de euros até marco de 2014 e de 2015,

respectivamente.

Este aumento de capital permitirá ao BEI conceder empréstimos até 60 mil milhões de euros, durante um período de 3 anos, que acrescerão ao volume anual de financiamento concedido pelo BEI no valor de 50 mil milhões de euros.

As operações de financiamento que são permitidas pelo aumento de capital terão como objectivo prioritário quatro sectores, designadamente inovação, PME, energias renováveis e modernização de infra-estruturas.

9. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Iraque, por outro, assinado em Bruxelas em 11 de maio de 2012.

Este acordo assinala as primeiras relações contratuais existentes entre a União Europeia e o Iraque e proporcionará um quadro jurídico que abrange aspectos que vão do diálogo político regular às relações comerciais, à cooperação regulamentar e à ajuda ao desenvolvimento.

Pretende-se, ainda, estabelecer uma plataforma comum de acção na luta contra o terrorismo e contra a proliferação de armas de destruição maciça, e afirmar a determinação em garantir o exercício das competências do Tribunal Penal Internacional.

10. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo-Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República Socialista do Vietname, por outro, assinado em Bruxelas em 27 de Junho de 2012.

Este Acordo, negociado no quadro da cooperação entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a UE, incide sobre a cooperação em matéria de desenvolvimento, comércio e justiça e tem em vista promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

11. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo-Quadro de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República das Filipinas, por outro, assinado em Phnom Penh em 11 de Julho de 2012.

Este Acordo incide sobre a cooperação em matéria de estabilidade, justiça e segurança a nível internacional e tem em vista promover o desenvolvimento social e económico sustentável, e a erradicação da pobreza.

12. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação do conselho de administração do Hospital Santa Maria Maior, E.P.E., composto por um presidente e três vogais.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre as nomeações constantes da presente resolução.

Agora, a Economia

# Sob a direcção do Primeiro-Ministro o Governo aumentará o Investimento agilizando e combatendo a burocracia



O Governo pretende aumentar o nível global de investimento em Portugal através de um “combate à burocracia” e procurando maior “celeridade e desmaterialização dos processos administrativos, jurídicos e legais”.

A ideia integra uma das bases da “Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020”, documento enviado hoje aos parceiros sociais e aos partidos políticos e que pretende servir de base ao crescimento económico de Portugal até 2020.

No que à promoção do investimento diz respeito, o Executivo pretende aumentar o nível global de investimento em Portugal através da redução dos custos de contexto para as empresas, de uma melhoria da relação com a administração pública, da simplificação do licenciamento e ainda por via da redução dos custos dos factores.

A redução do desperdício de recursos na administração pública e a melhoria da competitividade dos factores produtivos, entre os quais os custos energéticos, estão também entre as medidas apontadas no texto.

A implementação do Programa da Indústria Responsável, “reforma global e multissetorial dos procedimentos administrativos para exercício da actividade”, e o arranque da plataforma do Balcão do Empreendedor, em linha com a iniciativa “licenciamento zero”, são duas medidas apontadas pelo Governo liderado por Pedro Passos Coelho.

Por forma a facilitar o contacto das empresas com o Estado e o seu conhecimento das medidas existentes, será ainda criada uma rede regional de pontos de atendimento para as empresas, balcões esses que funcionarão como “interlocutor único” das companhias “na sua relação com os diferentes organismos responsáveis pelo licenciamento e fiscalização da sua actividade”.

O Governo enviou aos partidos e parceiros sociais a “Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020”, documento onde pretende criar as bases para o crescimento económico assente em pressupostos como a re-industrialização, investimento e exportações.

Inicialmente apresentado na terça-feira pelo ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, o documento pretende que se atinja um crescimento sustentável da economia nacional acima de 2% ao ano em 2020, ao passo que as exportações portuguesas devem representar em 2020 um total de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, por comparação com os 29% apontados pelo Executivo no período ente 2000 e 2010.

A definição de um programa concertado de promoção externa é uma das medidas anunciadas pelo Executivo no âmbito da Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial, desenhada até 2020.

Na Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento

Industrial 2013-2020, enviado hoje aos partidos políticos e parceiros sociais, O Governo estabelece que o Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia será o responsável pelo desenvolvimento deste programa, que visa assegurar a coordenação, a troca de melhores práticas e o desenvolvimento de sinergias entre as iniciativas estatais e as iniciativas privadas e associativas.

Nestas últimas, o Governo destacou as iniciativas financiadas por fundos públicos, nomeadamente, a participação em eventos internacionais, a atracção de importadores e as plataformas da internet de promoção de bens e serviços portugueses.

Será também criado um programa de capacitação plurianual para as novas empresas exportadoras em parceria com as associações empresariais, dirigido especificamente a pequenas e médias empresas (PME) que não exportam ou o fazem de forma residual.

Também avançará um plano de apoio à cooperação internacional para a internacionalização que visa potenciar a construção de uma oferta nacional competitiva e com capacidade de resposta e escala face à procura internacional, bem como a promoção de parcerias internacionais.

O Governo compromete-se também a realizar um estudo detalhado, por mercado e por sector de actividade, que permita aferir o perfil concorrencial e o potencial de



crescimento das exportações portuguesas, agregando toda a informação numa Plataforma de Inteligência Económica.

O reforço da estratégia de diplomacia económica também está contemplado, sendo o objectivo alcançar um maior enfoque dos chefes das missões diplomáticas na vertente de apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Em particular, nos centros prioritários para o comércio externo definidos pelo Governo, sendo apontando como exemplos a China, Brasil, Moçambique, Angola, Índia e Indonésia.

Paralelamente, será desenvolvido um plano de acção da diplomacia económica que permita reduzir as barreiras à entrada e potenciar as oportunidades dos mercados-chave.

Será ainda impulsionada a dinamização da participação das empresas portuguesas, em particular, as PME, em programas europeus e de organismos multilaterais, e criada uma rede de contactos para potenciar o papel da diáspora enquanto veículo facilitador da entrada em mercados externos.

A dinamização de produtos de cobertura dos riscos ligados à exportação e ao investimento também está contemplado no plano do Governo, através das linhas de seguro de crédito à exportação, dos seguros de crédito financeiro, dos seguros caução para concurso, caução de adiantamento e caução de boa execução, e dos seguros de investimento.

Por fim, Passos Coelho anunciou o lançamento de uma linha PME Exportações de 500 milhões de euros até mil milhões de euros para apoiar a exportação de bens e serviços.

No documento, o Governo anuncia que pretende criar as bases para o crescimento económico assente em pressupostos como a re-industrialização, investimento e exportações.

O documento pretende que se atinja um crescimento sustentável da economia nacional acima de 2% ao ano

em 2020, ao passo que as exportações portuguesas devem representar em 2020 um total de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, por comparação com os 29% apontados pelo Executivo no período ente 2000 e 2010.

### Formatação da Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial, desenhada até 2020.

A definição deste programa concertado de promoção externa é uma das medidas anunciadas pelo Executivo no âmbito da Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial, desenhada até 2020.

Na Estratégia para o Crescimento, Emprego e Fomento Industrial 2013-2020, enviado hoje aos partidos políticos e parceiros sociais, O Governo estabelece que o Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia será o responsável pelo desenvolvimento deste programa, que visa assegurar a coordenação, a troca de melhores práticas e o desenvolvimento de sinergias entre as iniciativas estatais e as iniciativas privadas e associativas.

Nestas últimas, o Governo destacou as iniciativas financiadas por fundos públicos, nomeadamente, a participação em eventos internacionais, a atração de importadores e as plataformas da internet de promoção de bens e serviços portugueses.

Será também criado um programa de capacitação plurianual para as novas empresas exportadoras em parceria com as associações empresariais, dirigido especificamente a pequenas e médias empresas (PME) que não exportam ou o fazem de forma residual.

Também avançará um plano de apoio à cooperação internacional para a internacionalização que visa potenciar a construção de uma oferta nacional competitiva e com capacidade de resposta e escala face à procura internacional, bem como a promoção de parcerias internacionais.

O Governo compromete-se também a realizar um es-

tudo detalhado, por mercado e por sector de actividade, que permita aferir o perfil concorrencial e o potencial de crescimento das exportações portuguesas, agregando toda a informação numa Plataforma de Inteligência Económica.

O reforço da estratégia de diplomacia económica também está contemplado, sendo o objectivo alcançar um maior enfoque dos chefes das missões diplomáticas na vertente de apoio à internacionalização das empresas portuguesas.

Em particular, nos centros prioritários para o comércio externo, definidos pelo Governo, sendo apontando como exemplos a China, Brasil, Moçambique, Angola, Índia e Indonésia.

Paralelamente, será desenvolvido um plano de acção da diplomacia económica que permita reduzir as barreiras à entrada e potenciar as oportunidades dos mercados-chave.

Será ainda impulsionada a dinamização da participação das empresas portuguesas, em particular, as PME, em programas europeus e de organismos multilaterais, e criada uma rede de contactos para potenciar o papel da diáspora enquanto veículo facilitador da entrada em mercados externos.

A dinamização de produtos de cobertura dos riscos ligados à exportação e ao investimento também está contemplado no plano do Governo, através das linhas de seguro de crédito à exportação, dos seguros de crédito financeiro, dos seguros caução para concurso, caução de adiantamento e caução de boa execução, e dos seguros de investimento.

Por fim, Passos Coelho anunciou o lançamento de uma linha PME Exportações de 500 milhões de euros até mil milhões de euros para apoiar a exportação de bens e serviços.

No documento, o Governo anuncia que pretende criar as bases para o crescimento económico assente em pressupostos como a reindustrialização, investimento e exportações. - Fontes: Lusa, Diário Económico, Gab. Min. Econ.

## Para a história das SWAP

# Especulação: Operações financeiras envolveram 2,6 mil milhões de euros e a proliferação ocorreu no governo Sócrates

A maioria dos contractos de especulação nas empresas públicas para protecção da taxa de juro dos empréstimos bancários, os chamados 'swap' concentra-se entre 2007 e 2009, período correspondente aos últimos dois anos do primeiro mandato do governo de José Sócrates. Ao que o CM apurou, essas operações envolvem cerca de 2,6 mil milhões de euros, com a maior fatia a estar concentrada nos metropolitanos de Lisboa e do Porto. O Governo de Passos Coelho deverá terminar hoje a negociação destes contractos com os bancos envolvidos, negociações que se estão a fazer para diligenciar diminuir o impacto negativo dos mesmos.

No centro do recurso das empresas aos swap está, segundo fonte próxima da investigação, a falta de transferência de verbas do Orçamento do Estado para as empresas procederem aos investimentos necessários. Daí que os encargos financeiros causados por esses contractos especulativos levarem responsabilidades de ordem política, na medida em que o primeiro Executivo de José Sócrates não terá dotado as empresas públicas das verbas necessárias para a realização dos investimentos necessários.

Os contractos de especulação terão tido como objectivo a obtenção de ganhos por parte das empresas. Alguns responsáveis das empresas que fizeram esses contractos defendem-se alegando que os bancos diziam que apenas emprestavam dinheiro se celebrassem esses contractos especulativos.

O risco financeiro gerado pelos swaps foi descoberto pela Inspecção-geral de Finanças (IGF) em 2008. Costa Pina, então secretário de Estado, disse ao 'Negócios' que, na sequência da auditoria, solicitou à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças "a preparação urgente de instruções relativas à contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro." O despacho de Costa Pina foi emitido em Janeiro de 2009, mas o risco dos swaps só surge no decorrer deste ano, com as negociações com os bancos. - Financial Times, Diário Económico

Nota da Redacção: E agora, nós (Portugal) é que pagamos. Ainda não se ouviu qualquer comentário do PS a este assunto, nem mesmo um simples pedido de rasgar as "swap"...

Primeiro-Ministro afirma:

# «O Governo está absolutamente aberto a encontrar pontes de diálogo e de entendimento com o PS»



O primeiro-ministro afirmou na segunda-feira que o Governo espera reunir-se brevemente com o PS para debater as propostas apresentadas pelos socialistas e a estratégia para o crescimento aprovada na semana passada em Conselho de Ministros.

Em conferência de imprensa, no final de um encontro com o seu homólogo irlandês (que se encontra em visita oficial a Portugal), na residência oficial de São Bento, em Lisboa, Pedro Passos Coelho reiterou que “o Governo está absolutamente aberto a encontrar pontes de diálogo e entendimento” com o PS sobre “matérias de fundo” como o crescimento.

Questionado sobre as propostas apresentadas no Congresso do PS deste fim-de-semana, o Primeiro-Ministro respondeu que o executivo PSD/CDS-PP “não deixará de olhar para as medidas que o PS vier a apresentar ou que tenha já apresentado no passado, de modo a estudar a sua viabilidade”.

O chefe do Governo referiu que a estratégia para o crescimento, que o Conselho de Ministros aprovou na generalidade, foi já enviada para estudo e comentário, aos parceiros sociais e políticos.

“Nós teremos oportunidade de discutir com os parceiros sociais, ainda esta semana, quinta-feira, esse documento, de modo a obter os ‘inputs’ necessários dos parceiros sociais para essa estratégia, e faremos o mesmo com os outros partidos políticos, nomeadamente com o PS”, acrescentou.

“Esperamos que a marcação dessa reunião possa ocorrer tão brevemente quanto possível e, nessa altura, teremos uma boa ocasião para fazer a avaliação dessas medidas que o PS apresentou”, concluiu.

Antes, Pedro Passos Coelho defendeu que a adopção de uma estratégia para o crescimento tem de ser conciliada, por este e por futuros governos, com o respeito pelas regras orçamentais da União Europeia e sustentou que isso exige políticas de redução da despesa em termos permanentes nos próximos anos.

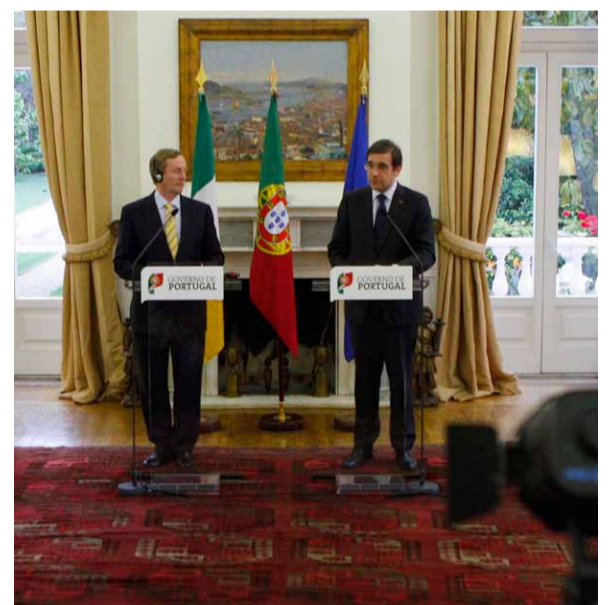
Interrogado sobre o que fará o Governo português caso sejam concedidos mais dois anos a Espanha para a redução do défice, o primeiro-ministro lembrou que

Portugal já obteve “dois anos” a mais para o colocar abaixo dos 3% e reiterou que Portugal está disponível para cumprir as novas metas acordadas em Março: 5,5% este ano, 4% em 2014 e 2,5% em 2015.

“Nós tencionamos apresentar até ao final desta semana o programa de médio prazo que permitirá justamente que Portugal, até 2015, possa sair do programa por défice excessivo, de acordo com o que ficou acordado com a ‘troika’ e com a União Europeia”, disse.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro escusou-se a comentar a ideia defendida pelo presidente do instituto alemão de assuntos económicos, Hans-Werner Sinn, de que os países afectados pela crise, saiam temporariamente da zona Euro.

Pedro Passos Coelho apenas observou “o Governo português nunca colocou e que não coloca hoje” a possibilidade de uma saída do Euro e que todos os seus esforços são para Portugal “regressar a uma situação de normalidade dentro do euro, não fora do euro”. - Fonte: Lusa





«O Vice-Presidente e coordenador da CPN, Jorge Moreira da Silva, esteve em Abrantes e Mação, para apresentar as candidaturas às autarquias locais de Elza Vitório e Vasco Estrela»)

Moreira da Silva na Ovibeja

# Comentários sobre reacções do PS ao discurso de 25 de Abril do PR que entendeu ter “falta de sentido de Estado”

O vice-presidente do PSD Jorge Moreira da Silva visitou a Ovibeja, a grande exposição agro-pecuária do Alentejo-Sul, em representação do PSD e foi, como habitualmente, alvo de pedidos de declarações políticas, pelos jornalistas presentes.

Moreira da Silva acusou o PS de falta de “sentido de Estado” nas reacções ao discurso de 25 de Abril do Presidente da República, Cavaco Silva.

“Esta opção do PS de tentar apropriar-se do discurso do Presidente da República, quando lhe parece ser mais conveniente, ou tentar empurrar o Presidente da República para um outro campo partidário, quando não dá conforto a uma opção de eleições antecipadas, é uma opção que não revela sentido de Estado”, disse Jorge Moreira da Silva.

Segundo o mesmo responsável, “mais que tentar assumir um discurso radical em relação ao Presidente da República, o que é importante é que o PS e todos os partidos políticos estejam à altura das suas responsabilidades, apresentando propostas que consolidem as contas públicas, gerem crescimento e emprego”.

Segundo Jorge Moreira da Silva, “o PSD tem tido uma posição muito constante” em relação aos discursos do Presidente da República, mas o PS “difere” na forma como reage.

Por ocasião do Ano Novo, “quando o Presidente da República fez um discurso sobre a espiral recessiva e chamou à atenção do Governo e do País para a necessidade de apostar na economia e não apenas na consolidação orçamental, o PS lançou uma série de proclamações eufóricas, dizendo: o Governo está isolado e o Presidente da República concorda com o PS”, lembrou Jorge Moreira da Silva.

Agora, por ocasião do 25 de Abril, a “simples circunstância de o Presidente da República não ter dado conforto à ideia eleições” antecipadas, “originou um discurso por parte do PS que é totalmente contraditório com o discurso do PS de há três meses”, afirmou.

Segundo Jorge Moreira da Silva, no discurso de 25 de Abril, o Presidente da República voltou “a lançar uma série de considerações e de alertas quanto à necessidade de pensar para lá do memorando de entendimento, da ‘troika’, da consolidação orçamental”, numa discurso que “coloca em causa até algumas opções das próprias instituições internacionais”.

O Presidente da República colocou-se “bem num plano superior ao plano partidário” e assumiu uma posição que “cria condições para promover o diálogo político e social” e “em nenhum momento o seu discurso pode ser enquadrado numa lógica de uma mera opção partidária”, disse Jorge Moreira da Silva, lembrando que em muitos momentos, o Presidente tinha repetido, quase palavra por palavra, o que tinha afirmado no Ano Novo.

Jorge Moreira da Silva disse ainda que o Governo está “num quadro de grande coesão da coligação”, referindo desconhecer “totalmente” alegadas divisões no Conselho de Ministros que decorreu na sexta-feira.

“Parece-me óbvio que o Governo está num quadro de grande coesão da coligação, tentando encontrar a resposta para um problema [reprovação pelo Tribunal Constitucional a quatro normas do Orçamento do Estado para este ano], que é exigente”, disse Jorge Moreira da Silva.

Jorge Moreira da Silva disse ainda que desconhece “totalmente” a existência de divisões no Conselho de Ministros de sexta-feira, das quais teve conhecimento através de notícias duvidosas de um jornal, e por isso,



alegou não ter condições para fazer comentários.

“Depois da decisão do Tribunal Constitucional, Portugal tinha três caminhos”, disse o Vice-Presidente e coordenador da CPN do PSD, referindo que o primeiro seria dizer que não cumpria as metas orçamentais, o que “seria caminhar na direcção de um segundo resgate” e “mau” para o País.

Não cumprir as metas orçamentais, explicou, “pode dar origem a um alívio momentâneo, mas empurrará Portugal para a austeridade durante mais tempo e colocará também o País durante mais tempo, numa situação de menor autonomia orçamental e financeira”.

O segundo caminho, continuou, seria “aumentar impostos”, mas “o Governo recusou-se a seguir esse

caminho”.

O terceiro caminho, acrescentou, é “uma opção exigente, mas é aquela que o Governo optou por assumir e a que o PSD também defende”, ou seja, a “redução da despesa, para cumprir as metas orçamentais”, mas “que não deve ser vista apenas numa lógica de cortes nos consumos intermédios e desperdícios”:

“Tudo isso continua a ser relevante, mas é necessário avançar com uma redução da despesa mais estrutural, que passe por redefinir as funções do Estado”, defendeu.

“Não é uma reforma deste Governo, desta legislatura, é uma reforma que deve ser feita para um horizonte que vá para lá desta legislatura” e “pressupõe uma grande discussão interna no Governo, que é uma discussão

exigente, mas também necessita do envolvimento de todos os partidos, de todas as forças políticas e sociais e também do PS”, disse.

### A “obsessão” do PS por eleições antecipadas

O vice-presidente do PSD ainda acusou o PS de ter uma “obsessão” por eleições antecipadas e de se furtar ao “espírito de compromisso” e não apresentar propostas alternativas que “facilitem” o diálogo.

“Ao contrário do que foi afirmado, de que há um consenso nacional quanto à vontade de haver eleições, existe apenas uma vertigem, uma obsessão do PS por eleições” antecipadas, disse Jorge Moreira da Silva aos jornalistas.

Quando ao congresso do PS, que decorreu em Santa Maria da Feira, Moreira da Silva disse esperar que os socialistas apresentem propostas concretas de consolidação orçamental e um modelo de crescimento e emprego.

“A expectativa que temos [PSD] em relação a esse congresso é que ele possa dar as respostas às perguntas mais importantes que estão na cabeça de toda a gente, dos portugueses”, disse, referindo que “é importante saber qual é a opção de consolidação orçamental do PS”.

Segundo o responsável social-democrata, é “importante” saber se a consolidação orçamental na óptica do PS será feita “através do aumento de impostos, da redução da despesa, designadamente pela redefinição das funções do Estado, ou se passa por não cumprir as metas orçamentais para os próximos anos, caminhando na direcção de um segundo resgate”.

Trata-se de “uma resposta que é importante obtermos”, frisou, referindo que “não vale a pena estarmos com uma série de proclamações vagas sobre austeridade”.

Por outro lado, continuou, o PSD espera que o PS possa apresentar “um modelo de crescimento e emprego,



que não seja o de regresso ao passado e de associar ao crescimento apenas o endividamento”.

“Aquilo que os portugueses esperam de qualquer congresso partidário, mas também do congresso do PS, é que sejam apresentadas propostas concretas e encontradas soluções para os grandes problemas que Portugal tem e, de preferência, que essas propostas sejam formuladas num ambiente, num espírito de compromisso”, frisou.

Só é possível alcançar um compromisso “se as partes [Governo e PS] dispuserem de alternativas de propostas concretas”, disse, referindo que não se consegue dialogar e chegar a um consenso ou a um compromisso “se uma das partes [PS] não apresenta as suas propostas e até se furta a esse espírito de compromisso”.

“Infelizmente, até este momento, o PS não tem nem manifestado espírito de compromisso, que é necessário,

nem identificado propostas alternativas, opções de política, que facilitem um diálogo, que dever ser feito com pontos de vista complementares”, disse. Neste sentido, Jorge Moreira da Silva considerou “positiva” a “iniciativa do Governo de convidar o PS para rondas e conversas sucessivas quanto à reforma do Estado e a uma agenda para o crescimento e o emprego” e disse que esperava com grande expectativa que “o PS venha a participar activamente nessa discussão”.

“Todos os portugueses consideram que deve haver diálogo e compromisso e estou, por isso, muito convicto de que isso acabará por acontecer nestas reuniões, pelo menos a capacidade de as pessoas se sentarem, em nome do interesse superior, que é o interesse nacional, que é um interesse superior ao partidário”, disse a terminar a conferência de imprensa improvisada na Ovibeja. – Fonte: Lusa

## “Swap’s” de carácter especulativo Levam Governo a processar Santander-Totta e Morgan

O Governo vai avançar com processos em tribunal contra o Santander-Totta e o JP Morgan, depois de não ter conseguido chegar a acordo com estes bancos para renegociar os contratos de ‘swaps’ de carácter especulativo, feitos com empresas públicas.

Este anúncio foi feito no princípio da semana pela secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, numa declaração aos jornalistas no Ministério das Finanças, em Lisboa, sobre o resultado das negociações com os bancos envolvidos na contratação por empresas públicas de contratos ‘swap’ de carácter especulativo.

Segundo a governante, nos últimos dois meses foram levadas a cabo negociações com os bancos para renegociar contratos de alto risco feitos entre estes e empresas públicas, mas houve duas entidades com quem “não foi possível” chegar a acordo: o português Santander-Totta (pertencente ao espanhol Santander) e o norte-americano JP Morgan.

Por isso, disse Maria Luís Albuquerque, o Governo vai fazer a “defesa dos interesses” dos contribuintes “com recurso aos tribunais competentes”.

Além disso, três bancos pediram para ponderarem os termos da proposta de negociação apresentada pelo Estado até aos primeiros dias da próxima semana, adiantou.

A secretária de Estado afirmou ainda que estes contratos de alto risco correspondem a operações acordadas durante o anterior Governo, do Partido Socialista, e que “não há qualquer operação desta natureza desde Julho de 2011”.

Sobre a responsabilização dos gestores públicos en-

volvidos neste caso, Maria Luís Albuquerque disse que o Executivo “não deixará de tirar consequências relativamente àqueles que ainda exerçam funções no sector público e venham a ser responsabilizados pela celebração deste tipo de contractos altamente especulativos”.

### Declarações adicionais da Secretária de Estado

Falando à margem do comunicado, a Secretária de Estado abordou o facto de que foi directora de gestão financeira da Reffer entre 2001 e 2007, mas que esta empresa pública “não tem operações financeiras especulativas”.

Por outro lado, lembrou que o seu lugar está “por natureza” à disposição do Primeiro-Ministro, mas no caso dos ‘swap’, não foram detectados “quaisquer contratos problemáticos” na Refer, onde exerceu funções.

A governante sublinhou também que a análise da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) sobre “o conjunto de todas as transacções realizadas em todas as empresas públicas” concluiu que “não existem na carteira de derivados da Refer contratos problemáticos”.

O Governo já chegou a um acordo com alguns bancos relativamente aos contratos ‘swaps’ que envolvem empresas públicas, o que vai gerar poupanças de pelo menos 170 milhões de euros em juros durante os próximos anos, e que este acordo foi possível “após uma

negociação de cerca de dois meses” e que inclui também uma “redução em cerca de 20% das responsabilidades potenciais” decorrentes destes contractos.

A investigação solicitada pelo Governo aos instrumentos financeiros subscritos por várias empresas públicas detetou contractos altamente especulativos, que não se limitam a fazer a cobertura de risco, através da fixação da taxa de juro [os designados ‘swaps’], mas que estão dependentes de variáveis complexas, como a variação cambial ou da cotação do petróleo.

Em causa estão cerca de três mil milhões de euros no perímetro das empresas públicas em responsabilidades potenciais por utilização destes instrumentos financeiros, que levaram à substituição dos secretários de Estado de José Sócrates - Paulo Braga Lino e Juvenal Silva Peneda - por alegadamente terem autorizado a celebração destes contractos, enquanto dirigentes de empresas de transportes.

O PSD e CDS-PP já anunciaram a criação de uma comissão de inquérito aos contratos de cobertura de risco celebrados pelas empresas estatais, que podem vir a ser alvo de inquérito criminal por parte da Procuradoria-Geral da República.

As operações ‘swap’ em contratos de financiamento destinam-se a proteger as partes contratantes das oscilações das taxas de juro ao trocar uma taxa variável por uma taxa fixa. Estes contractos implicam sempre perdas para um dos contratantes, já que existe a obrigação de uma das partes pagar a diferença entre a taxa fixa e a variável.- Lusa

Vice-Presidente da bancada do PSD

# Recomenda ao PS «pedido de desculpas» a propósito de comentário ofensivo de João Galamba

O PSD exigiu hoje um “pedido de desculpas formal” do PS pelas declarações “de falta de respeito pessoal e institucional” que um “destacado deputado” socialista fez a propósito da mensagem de Cavaco Silva de 25 de abril.

“São declarações que consideramos que são de falta de respeito pessoal e institucional pelo senhor Presidente da República e que cremos que merecem um pedido de desculpa do próprio e do Partido Socialista, um pedido de desculpas formal que esperamos que aconteça, se não antes, pelo menos no decurso deste congresso”, afirmou Francisca Almeida, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD.

Lembrando a mensagem de Cavaco Silva durante as comemorações do 25 de Abril, nas quais o Presidente da República pediu “consenso político”, a deputada deixou o desejo do PSD que os trabalhos no congresso socialista que hoje arranca decorram “da melhor forma possível” e “sob o signo desse consenso”.

“O que não gostávamos de facto (...) de ver neste congresso do PS seriam declarações como as que ontem vimos de um destacado deputado do PS, a propósito da mensagem do senhor presidente da República. Declarações que consideramos que são elas próprias a negação daquele que é o espírito do 25 de Abril, de tolerância e de democracia”, frisou.

A deputada disse referir-se a João Galamba, deputado do Partido Socialista que, sobre a mensagem do chefe de Estado, escreveu quinta-feira na sua conta pessoal no Twitter: “Cavaco quer cumprir o tratado orçamental mas queixa-se da austeridade generalizada em toda a Europa. É oficial: endoidou.”

Galamba escreveu ainda que foi um “discurso miserável de um miserável Presidente. Que vergonha”.

Francisca Almeida salientou ser “chegada a hora de o PS reflectir muito profundamente, não só sobre as suas responsabilidades do passado, mas sobretudo sobre as suas responsabilidades do presente e do futuro”. - Lusa



Açores

Povo Livre

Regionais

## As liberdades da SATA e as greves de uma companhia aérea que não serve os interesses açorianos



Foi com a esperança que só Abril pode dar que esta manhã acordei a pensar que os sindicatos representativos dos trabalhadores da SATA iriam desconvocar a greve prevista para este fim de semana e o próximo. Infelizmente, tal não aconteceu e os valores de abril da tolerância, da liberdade e da igualdade morreram na praia...

São compreensíveis e aceitáveis as razões que levaram à convocação desta greve. É legítimo, também, o recurso a este instrumento de luta, a “bomba atômica” da defesa dos direitos dos trabalhadores. Contudo, parece-me abusiva a sua utilização quando em causa está a economia da Região e os direitos de todos os açorianos que sustentam com os seus impostos e o preço que pagam pelas viagens a companhia aérea regional.

O direito à greve e à liberdade não está acima dos direitos e da liberdade dos outros. Estes não são os ideais de Abril. Estes são os ideais de um grupo que pretensamente tem mais direitos e regalias do que os outros e que não se importa com a sustentabilidade da companhia e, sobretudo, com os prejuízos que uma greve desta natureza vai causar ao comércio e à hotelaria regionais.

A atitude desta plataforma sindical em nada contribui para a valorização dos trabalhadores que representa.

Quando uma empresa regional, a única que se dá ao luxo de autonomamente fazer greves, contribui para o aumento das dificuldades da já débil economia açoriana, uma empresa que ela própria vive em dificuldades, podemos, legitimamente, questionar a manutenção da sua própria existência.

Com efeito, todos sabemos o que a SATA tem feito pelos Açores – ou o que não tem feito – e todos temos questionado a sua existência ou a existência desta espécie de monopólio sustentado e apadrinhado pelo Governo Regional desde sempre e que muitas vezes vai contra os interesses dos açorianos.

Por isso, esperamos todos que, se o Governo e a administração da SATA não está disponível para defender os interesses dos açorianos em matérias como a redução das tarifas aéreas ou a melhoria das ligações, os trabalhadores da SATA – açorianos que são – estivessem ao lado dos seus conterrâneos e não os prejudicassem.

Mas é compreensível esta posição e o não perceberem as nossas dificuldades. É sabido que para eles esta questão das tarifas aéreas não é um problema. Que são açorianos com mais direitos e regalias que os outros. Não ponho em causa a manutenção desses direitos. O que aqui está em causa é que não nos retirem os nossos. Queremos poder continuar a viajar nestes dois finsde semana, mesmo pagando uma fortuna pelas passagens aérea.

A liberdade de uns acaba quando em causa fica a liberdade dos outros...

Notícias de Braga

# Manuel Carvalho lidera a coligação “Juntos por Braga” para a União de Freguesias de Este

O actual Presidente da Junta de Freguesia de Este S. Pedro, Manuel Carvalho, anunciou a sua candidatura à liderança da equipa do “Juntos por Braga” para as próximas eleições autárquicas na união de Freguesias de Este S. Pedro e Este S. Mamede. O anúncio ocorreu junto à capela de S. Sebastião, em S. Mamede de Este, e foi inserido num conjunto de contactos de Ricardo Rio e Firmino Marques com a população das duas freguesias.

Manuel Carvalho tem 64 anos e é natural de Este S. Pedro. Desenvolve a sua actividade profissional – entalhador – na freguesia. Foi um dos fundadores do Este F. C. e também é associado de S. Mamede F.C., onde já foi treinador. É um candidato conhecedor da Freguesia de Este S. Mamede e dos seus costumes. Liderou a lista do “Juntos por Braga” em 2009, depois de ter exercido funções autárquicas em vários mandatos anteriores na Freguesia de Este S. Pedro.

Nesta ocasião, Manuel Carvalho salientou a sua “enorme felicidade” pela presença de Ricardo Rio e Firmino Marques, que apelidou mesmo de “autarca modelo” a nível nacional. “É também extremamente importante ver que estão aqui presentes muitas pessoas das duas freguesias. É uma adesão que me enche de orgulho”, afirmou.

Ricardo Rio aproveitou o momento para dar uma palavra de apoio “inequívoco” à candidatura de Manuel Carvalho, que tem feito um trabalho notável à frente dos destinos de Este S. Pedro. “Esta candidatura tem todas as condições para, em conjunto com as populações e com os grupos de trabalho que tem presentes no terreno nas duas freguesias, corporizar uma solução vencedora e de trabalho em benefício de ambas”, acredita o líder do “Juntos Por Braga”.

Trabalhar num ambiente de harmonia e colaboração entre Este S. Pedro e Este S. Mamede é o principal objetivo de Manuel Carvalho. “Apesar de me ter manifestado contra a reforma administrativa autárquica, esta é uma realidade incontornável e com a qual temos de saber lidar. Nesse sentido, e para benefício da população, decidi meter mãos à obra e dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Este S. Pedro, alagando-o também para Este S. Mamede, freguesia que conheço perfeitamente. Estou convicto que continuaremos a contribuir para o desenvolvimento desta zona e que as coisas correrão pelo melhor” garantiu.

Manuel Carvalho apontou ainda o reforço da componente social como grande prioridade para o seu mandato. “Na actual conjuntura, é sem dúvida o sector que mais afecta as pessoas, que estão a passar por momentos de dificuldade. É nossa obrigação dar um apoio social efectivo e desenvolver uma política de proximidade com os cidadãos mais necessitados”, enfatizou, sublinhando de seguida que também a educação e o ambiente - com a defesa da requalificação do Rio Este, suas margens e afluentes – serão temas prioritários para a sua candidatura. A finalizar, o autarca deixou uma promessa: “Uma coisa possa já garantir: vamos desenvolver uma política de colaboração mútua entre as duas freguesias que agora se vão unir, sem prejuízo de nenhuma e sempre num patamar de igualdade”.

Segundo Manuel Carvalho, mantém-se cada vez mais actual o lema que presidiu à sua candidatura em 2009: “Unir para Desenvolver”, desta feita no contexto de um território alargado mas com diversas afinidades e carências por resolver.

## Plenário Concelhio do PSD

O Plenário concelhio que o PSD de Braga realizou este fim-de-semana, no auditório do Hotel Mercure, ficou



marcado pela forte confiança na vitória do “Juntos Por Braga” nas eleições autárquicas que se avizinham. “Somos a única candidatura que tem um projeto de futuro para Braga”, afirmou Ricardo Rio durante a sua intervenção aos militantes, salientando que o atual executivo municipal está “completamente esgotado” e não é capaz de apresentar uma “única ideia útil” para o desenvolvimento do concelho.

Rio notou que uma das preocupações fundamentais do “Juntos Por Braga” tem sido a de, para todas as áreas de intervenção municipal e para todas as esferas da gestão política autárquica, apresentar aos Bracarenses várias propostas, alternativas e projetos concretos. “Esta é a grande diferença que tem pautado o nosso comportamento ao longo dos anos e que os cidadãos por certo reconhecem. Área por área, freguesia por freguesia, sempre fomos capazes de elencar os objetivos desta candidatura e de apresentar propostas concretas para o futuro de Braga”, garantiu.

O candidato à Presidência da Câmara Municipal de Braga enfatizou que esta será uma luta “dura e árdua”, contra um Partido Socialista que está muito mais empenhado em “perpetuar-se” no poder do que em servir a cidade. “Os membros do PS de Braga estão a defender agora tudo aquilo que, ao longo dos anos em que exerceram funções autárquicas, não foram capazes nem tiveram interesse em fazer. Aqueles que contribuíram para descurar

o nosso património e meio ambiente e para desvalorizar equipamentos e espaços como as Sete Fontes, não podem vir fazer de conta que são os seus primeiros defensores; aqueles que nada fizeram para promover o turismo ou captar investimento para o nosso concelho, não podem dizer que têm agora no bolso as soluções ideais para promover a marca Braga no exterior”, afirmou Rio, sublinhando que há uma total falta de “credibilidade e confiança” na candidatura do PS de Braga, que tem vindo a dar inúmeras provas do seu desespero, em prejuízo dos interesses dos cidadãos e da própria Democracia.

Nesse sentido, Rio salientou que é fundamental continuar a constituir equipas fortes e trabalhar de forma incansável para conquistar a confiança dos Bracarenses. “Temos de seguir o nosso caminho e mostrar que somos diferentes. Vamos continuar a afirmar as nossas propostas e a enriquecê-las, apesar de termos já hoje um programa completamente estruturado e propostas consolidadas prontas para serem imediatamente colocadas em práticas”, garantiu Rio, afirmando que, através dos debates promovidos pelo “Juntos Por Braga” e dos vários contactos com instituições, o caminho passa por continuar a enriquecer o programa eleitoral e recolher os contributos valiosos da sociedade para formatar uma ideia e um projeto para a cidade.

Por outro lado, o autarca fez um apelo aos presentes para, de uma forma cada vez mais próxima e em complemento com o que já se vai fazendo, serem porta-vozes da mudança e fazerem chegar as propostas do “Juntos Por Braga” aos cidadãos. “Tendo nós esse património valiosíssimo, que é o conjunto de ideias em todas as áreas para desenvolver e potenciar a cidade, o objetivo tem de passar por fazer chegar essa mensagem ao maior número de pessoas. Na medida-do-possível, sejam vocês também agentes de mudança e de distribuição dessa informação”, pediu Rio.

A finalizar, o líder do “Juntos Por Braga”, garantiu que esta é uma candidatura que tem à sua volta muita gente de enorme valor e capaz de fazer a diferença. “É precisamente porque acredito no valor das pessoas que nos rodeiam e no trabalho que temos vindo a desenvolver, e por ter acreditado desde a primeira hora que é caminhando que se faz caminho, que vamos continuar a caminhar e só iremos parar na Câmara Municipal de Braga”, concluiu.

– Juntos Por Braga

Notícias de Portalegre

# Portalegre já concluiu com êxito o processo de escolha de candidatos para os 15 Concelhos do Distrito



O PSD já concluiu o processo de escolha de candidatos nos quinze concelhos do distrito de Portalegre, com os autarcas de quatro dos sete municípios governados pelos social-democratas a recandidatarem-se aos cargos, segundo fonte partidária.

A mesma fonte adiantou hoje à agência Lusa que os social-democratas vão recandidatar Joviano Vitorino (Alter do Chão), Fermelinda Carvalho (Arronches), Vítor Frutuoso (Marvão) e Armando Varela (Sousel).

Nos municípios de Castelo de Vide e Fronteira, também liderados pelo PSD, os presidentes António Ribeiro e Pedro Lancha, respetivamente, não se podem recandidatar por terem atingido o limite de mandatos, avançando o partido com as candidaturas dos vice-presidentes, António Pita, em Castelo de Vide e Rogério Silva, em Fronteira.

Em Portalegre, outra câmara liderada pelo PSD, os social-democratas anunciaram a candidatura de Jaime Azedo, enquanto a atual presidente, Adelaide Teixeira, já admitiu apresentar uma candidatura independente ao município.

Nas cinco câmaras lideradas pelo PS, os social-democratas apostam em Arnaldo Trindade (Campo Maior), António Teodora (Elvas), Paulo Matos (Gavião), António José Vieira (Monforte) e João Guerra (Ponte de Sor).

Nos três concelhos governados pela CDU, os social-democratas candidatam Luís Fouto (Avis), Ângelo Fernandes (Crato) e José Moura Semedo (Nisa).- Fonte: Lusa







## O fomento industrial

Jaime Quesado (\*)

O Governo Português aposta numa Nova Estratégia de Crescimento e Fomento Industrial. Vinte anos depois do Professor de Harvard Michael Porter ter realizado um profundo diagnóstico sobre as opções da economia portuguesa, mantém-se o problema central – ou se reinventa por completo o Modelo Económico ou então os problemas estruturais – Déficit Público Elevado, Desemprego incontrolado, um Tecido empresarial envelhecido, poderão ter efeitos incontroláveis. Como há 20 anos torna-se claro que a Competitividade Portuguesa é o grande desafio nos próximos tempos! Por isso, a aposta no Fomento Industrial é a via certa para ganhar uma nova dimensão de futuro.

Falta em Portugal um sentido de entendimento colectivo de que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas é o único caminho possível para o futuro. Falta por isso em Portugal uma verdadeira Rede Integrada para a Competitividade capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional.

Uma breve radiografia à matriz sectorial da economia portuguesa demonstra de forma inequívoca as alterações contextuais produzidas ao longo destes últimos vinte anos, com impactos directos na própria organização da sociedade. Para além do desenvolvimento duma “nova economia de serviços”, de âmbito eminentemente local e com impacto reduzido em matéria de criação de valor sustentado, é de referir também o fenómeno de progressiva desindustrialização, entretanto acentuado nos anos mais recentes e o ténue desenvolvimento de “novos clusters” associados às dinâmicas da Inovação e Desenvolvimento. Trata-se duma evolução manifestamente assimétrica, com efeitos negativos em matéria de renovação dos indicadores activos de “capital estratégico”.

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o “IDE de Inovação” é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os “Centros de Competência” para esta abordagem activa no Mercado Global – mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. Apostar no Fomento industrial é dar à competitividade portuguesa um novo sentido de oportunidade.

(\*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



## A luta continua...

Ângelo Correia (\*)

Grande parte das reacções negativas ao discurso do 25 de Abril do Prof. Cavaco Silva radica-se num equívoco que respeita ao eventual desvio do PR de fiel da balança, para se integrar numa das partes em confronto.

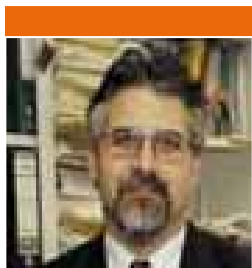
Os argumentos utilizados são vários, sobretudo a insistência na não realização de eleições a curto prazo, a necessidade de se cumprir um programa de estabilização e inutilidade de um discurso radicalizante e inconsistente. Tais argumentos poderiam ter sido afirmados com outro tom de voz ou outra formulação, mas a essência que encerram não poderia ser diferente.

Eleições a curto prazo como querem PS, PCP e BE significaria, pelo tempo que demora a sua preparação e a ausência de poder e de consistência daí decorrentes, uma deriva de descontrolo, que poderia levar a um segundo resgate.

Eleições a curto prazo poderiam não trazer uma maioria absoluta de um partido e a conseqüente constatação de uma enorme angústia na obtenção de um governo estável. Que benefícios trariam, então, ao País a realização de eleições a curto prazo? Cumprir um programa de estabilização pode ser algo que o Dr. Seguro não deseje respeitar, mas a sua vontade não conta para esse jogo. Ele faz-se à sua margem, ou até contra ele, mas infelizmente far-se-á.

A radicalização do discurso político pode na aparência dar votos, mas quando eles forem transformados em Poder Político, os problemas não mudam, e as soluções continuam a ser escassas, e em geral diferentes das enunciadas pela oposição. Por tudo isso poderá o PR passar por cima da realidade, ocultá-la, negá-la? É óbvio que não. Dir-se-á que o PR foi demasiado claro. É verdade. Mas se pretendesse ser ambíguo nunca diria ao País a verdade das coisas. Dir-se-á que assim Cavaco perdeu a hipótese de ser o arquitecto de um consenso nacional. Mas, perante tanta radicalização pretérita, este seria ainda obtido? Cavaco não trocou a sua verdade por aquilo que já considera ser uma quimera. O líder não foi criado para ser amado. Porquê então tanta perturbação e críspação no PS? É simples. A sua actual liderança não consegue enquadrar e dominar a permanente pressão que o regresso do Eng. Pinto de Sousa provocou no seio do PS. As ilusões continuam, por isso também a luta continua.

(\*) Gestor de Empresas



# Ficção Científica (O "erro" de Reinhart e Rogoff)

João César das Neves (\*)

No meio do sofrimento económico tivemos uma notícia inacreditável: "Um dos ensaios académicos que têm servido de suporte para boa parte das políticas de austeridade na Europa contém um erro na fórmula do programa informático Excel" (Rádio Renascença, 18/4). Depois de tantos custos, cortes e despedimentos, afinal está tudo errado? Como é possível? Parece mentira!

Parece mentira porque é mesmo mentira. Trata-se de mais uma onda de sobre-excitação mediática sem qualquer significado. Vejamos brevemente os factos que suportam todo o aparato. Kenneth Rogoff e Carmen Reinhart, professores de Harvard, dedicaram a sua vasta investigação à questão das crises financeiras e dívida excessiva. O seu livro de 2009, *This time is different*, em vias de sair por cá em tradução, foi um clássico instantâneo. Mas ele é apenas um de muitos estudos destes autores, como o artigo "Growth in a Time of Debt", publicado em Maio de 2010 na *American Economic Review*.

Ter um texto aceite nesta revista, uma das mais prestigiadas do mundo, implica aprovação num exigente processo de revisão. Mas revisão não significa replicação dos resultados. Uma das regras mais básicas do procedimento científico, em qualquer disciplina, é que as investigações empíricas ou laboratoriais sejam passíveis de reprodução posterior, parte essencial da solidez demonstrativa. Havendo normalmente muitos autores na mesma área, o processo de teste acontece naturalmente após a publicação. Agora três economistas, Thomas Herndon, Michael Ash e Robert Pollin, da Universidade de Massachusetts Amherst, apresentaram um ensaio, "Does High Public Debt Consistently Stifle Economic Growth? A Critique of Reinhart and Rogoff", que sugere problemas nas estimativas do artigo original.

Até aqui tudo normal. Deste debate, muito comum, sairá novo avanço na ciência. Mas a agenda política, apesar de simular idoneidade intelectual, defende interesses, não a verdade, e viu nesta investigação complexa uma oportunidade de jogo. De repente deflagou uma espiral de simplificação e exagero. Primeiro o texto original ficou resumido a um número que, os críticos alegam, está mal calculado. Depois, essa taxa de crescimento médio dos países muito endividados passou a ser exaltada como o resultado decisivo para inspirar toda a austeridade mundial. Finalmente, embora o debate ainda mal tenha começado, a imprensa já decidiu quem tem razão.

Tudo isto é um flagrante disparate. Existem evidentemente dezenas de cálculos no texto original de Reinhart e Rogoff, o qual é apenas um entre inúmeros estudos de múltiplos autores sobre o tema. Por importante que seja, a relevância política de uma taxa é mínima. Se a famosa conta tivesse sido feita como agora é proposto, e o crescimento estimado fosse afinal 2,2%, em vez dos -0,1% originais, o impacto disso na austeridade portuguesa seria... nenhum. Não só o número é irrelevante para a conjuntura nacional, mas as razões do nosso aperto são outras.

Nada disto interessa a quem quer impor um resultado por razões de conveniência. A ignorância exultou com o alegado erro dos especialistas. Sem que tenham lido qualquer dos estudos, a simples suspeita bastou para fazer disparar a poderosíssima máquina da retórica sensacionalista, num campeonato de títulos bombásticos: "Rogoffgate: Um tiro no porta-aviões da narrativa da dívida" (Dinheiro Vivo, 17/Abril), "Vitor Gaspar e Carlos Costa citaram estudo com erro no Excel para defender corte na dívida" (Público, 18/Abril).

A verdadeira finalidade nunca foi informar, compreender, resolver problemas, mas polemizar, ridicularizar, divertir. Afinal economia e crise não interessam, preferindo-se confundir para fazer uma boa piada. É triste, mas neste tempo, pretensamente científico e rigoroso, publicações respeitáveis apregoam boçalidades dignas da Idade das Trevas. A única coisa que ainda surpreende é existirem pessoas inteligentes capazes de acreditar na ideia totalmente absurda de a orientação de fundo da política internacional se basear numa única fórmula.

(\*) Professor universitário, [naohaalmocosgratis@ucp.pt](mailto:naohaalmocosgratis@ucp.pt) ©DN

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: [convocatorias@psd.pt](mailto:convocatorias@psd.pt)



### MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Marco de Canaveses, para reunir no próximo dia 10 de Maio de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00 no Auditório Municipal, sito no Largo Sacadura Cabral, em frente ao Edifício dos Paços do Concelho, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

### NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 11 de Maio de 2013 (Sábado), pelas 17h30 na Sede, sito no Edifício Gameiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações
- 2.- Análise da Situação Política local e Nacional
- 3.- Continuação da preparação do processo autárquico

### VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Maio de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sito na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Dto., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das autarquias locais do Município de Vagos, a eleições em 2013, sob proposta da CPS
- 2 - Aprovar as Contas do ano de 2012 e o Orçamento para 2013, da Secção
- 3 - Apreciar a actuação da CPS
- 4 - Analisar a situação político-partidária e aprovar a estratégia política a desenvolver na Secção, à luz dos princípios definidos em CPN e CN, para as Eleições Autárquicas 2013
- 5 - Outros assuntos de interesse para o partido.



### CRISTELOS - BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e nos termos do Regulamento Eleitoral para os órgãos Concelhos, convoca-se o Plenário da JSD núcleo de Cristelo - Barcelos, para reunir no próximo dia 08 de Junho de 2013, pelas 18h30, na freguesia de Cristelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1-Eleição da Comissão Política da JSD núcleo de Cristelo - Barcelos;
- 2-Eleição da Mesa do Plenário da JSD núcleo de Cristelo - Barcelos;

Notas:

- 1-As Listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militante de cada candidato;
- 2- As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;
- 3-Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 Membros do Órgão competente para a eleição;
- 4-Deverão ter número Impar de Membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia em conformidade com os estatutos nacionais;
- 5-Candidatos suplentes, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;
- 6-Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que

uma candidatura para o mesmo órgão;

7- As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao presidente da mesa do Plenário da JSD de Barcelos ou a quem o possa substituir ao abrigo dos Estatutos Nacionais, na Sede do PSD Barcelos;

8-As urnas estarão Abertas das 18h30 às 20h00.

### **SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Santarém para reunir em sessão ordinária pelas 10h30m do dia de 11 de Maio de 2013, na sede do PSD Distrital de Santarém, situada na Calçada de Mem Ramires nº 10, 2005-105 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Orçamento e Relatório de Contas da Comissão Política Concelhia, de acordo com o Regulamento Financeiro da JSD;

2- Relatório de actividades da Comissão Política;

3- Outros assuntos.

### **MONTIJO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio do Montijo, para reunir no próximo dia 8 de Maio de 2013, pelas 21h30, na Sede do PSD/Montijo, sita na Praça da República, n.º 12, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Discussão de situação política local e nacional;

2 – Apresentação de Contas;

3 – Autárquicas 2013;

4 – Outros Assuntos.

### **NESD/ UNIV. LUSÍADA – LISBOA AM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário dos Estudantes Sociais Democratas da Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada - Polo Lisboa, para reunir no dia 3 de Junho de 2013 (Segunda-Feira) pelas 10h00 na referida Instituição de Ensino Universitário, sita na Rua da Junqueira, n-188 - Auditório 3, Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário do NESD;

2 - Eleição da Direcção do NESD.

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede distrital na Praça São João Bosco, número 3, em Campo de Ourique.

- As urnas estão abertas das 10 horas às 12 horas.

### **CONGRESSO REGIONAL DE PORTALEGRE**

Nos termos dos Estatutos e Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Plenários Concelhios da JSD do Distrito de Portalegre para reunir nas datas, locais e horários indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO – Eleição dos Delegados Regionais ao I Congresso Regional da JSD Portalegre de 1 de Junho de 2013.

Nota: As listas concorrentes deverão ser entregues em duplicado na Sede Nacional da JSD, sita na Rua de Buenos Aires n.º 28 – 1.º, em Lisboa, que para o efeito se encontrará aberta, à Presidente da Mesa do Conselho Nacional ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 24 horas do 3º dia anterior ao acto eleitoral.

Dia: 25 de Maio de 2013 /

Portalegre - 15h00/17h00 Largo dos Combatentes da Grande Guerra

Castelo de Vide 15h00/17h00 Rua de Olivença, n.º 13

### **CONGRESSO REGIONAL DE PORTALEGRE**

Nos termos dos Estatutos, do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o I Congresso Regional da JSD Portalegre, para o próximo dia 1 de Junho de 2013, sita no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição dos Órgãos Regionais de Portalegre: Mesa e Comissão Política Regional.

Nota: As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Regional de Portalegre, à Presidente da Mesa do Congresso ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede Nacional da JSD, sita na Rua de Buenos Aires, n.º 28 – 1.º, em Lisboa.